

MILESTONES 2019

Alinhado à apresentação do Ricardo que me antecedeu e com o Roberto que virá em seguida, transcrevo aqui minhas impressões acerca do setor agropecuário, cujas demandas e angústias transcendem nossas fronteiras continentais. Dentre tantos desafios contemporâneos, essa cadeia tem sido, cada vez mais exposta à opinião pública, principalmente por conta da sua discutível influência no aquecimento global, cuja comunicação distorcida é facilitada pela imensurável capacidade de armazenamento e incrível velocidade de processamento permitidas pela novíssima tecnologia e da capilaridade oferecida pelas redes sociais.

Aos desavisados, informo que a teenager Greta Thunberg, ativista sueca, foi eleita ontem a personalidade do ano pela revista Time e que, no mês passado, o dicionário Oxford escolheu “Emergência Climática” como a expressão mais debatida no ano.

Ainda na década de 90, quando cursava o MBA, li o *“O Lexus e a Oliveira”*, obra literária do jornalista americano Thomas Friedman, que abordava como a velha ordem mundial da Guerra Fria era substituída pela GLOBALIZAÇÃO. Honestamente, fiquei convencido que aquele paradigma aniquilava qualquer alternativa ao CAPITALISMO DE MERCADO, uma vez que o objetivo era a convergência de forças para avanços de ordem social e cultural, reforçando assim a interdependência econômica entre os países participantes.

Mais recentemente, observei que o livro *“The Emergence of Globalism”*, da historiadora moderna Or Rosenboim, da Universidade de Londres, desmistifica a inoportuna confusão conceitual atribuída ao GLOBALISMO. Categoricamente, a GLOBALIZAÇÃO depende da descentralização, ou seja, cada país deve fazer o que faz bem, enquanto o GLOBALISMO é centralizado em políticos e burocratas, pessoas que (geralmente) não foram eleitas e que acabam inventando regras que podem valer para todo o mundo.

Várias análises e opiniões registradas por especialistas da ciência política tem ranqueado a União Europeia como bastião do GLOBALISMO, um bloco econômico e político supranacional, onde as moedas de cada nação foram abolidas em troca do único “Euro”, e governos nacionais têm pouco poder, baseados na livre circulação de pessoas, bens e capitais. Importante salientar, inclusive, que as diferentes legislações foram harmonizadas e em boa medida moduladas pelo discutível princípio da “precaução”.

Considerando os até recentes episódios nacionalistas e violentos protestos (“Gilet Jaunes” /GÍLÊ JOAN...Coletes Amarelos na França, BREXIT na Grã-Bretanha, com eco no recrudescimento da ultradireita na Itália, Alemanha, Polônia, Hungria, etc.), aquilo que alguns consideram benéficos, é traduzido por tantos outros como perda da soberania individual da Nação. Parece que o motivo para tanta inquietação se dá no exagero das regras supranacionais ditadas pelos burocratas de Bruxelas que ignoram a soberania dos governos e os interesses de seus cidadãos.

Evidentemente, tanto por lá, como pelas bandas de cá, os patrulheiros da onda politicamente correta buscam guarida no mercado “administrado” pelo stablishment, e não economizam esforços em prol de um tal CAPITALISMO DE ESTADO.

Os três exemplos a seguir talvez ilustrem melhor a necessidade de atenção e acompanhamento ininterrupto do que se passa lá fora para prevenção de potenciais precedentes que podem atrapalhar o agronegócio, da reação frente às contínuas e crescentes interferências estrangeiras para defesa da nossa justa soberania, e principalmente para justificar sobremaneira a importância do trabalho conjunto e convergente das cadeias produtivas (das fazendas agropecuárias até as prateleiras). A saber:

1. O GFLI/Global Feed Life Cycle Assessment Institute (sediado em Bruxelas/EU) estabeleceu a métrica dos cálculos de Co2-Equivalente emanados pelos insumos empregados na alimentação animal produzida globalmente e, conseqüentemente, vai tentar impor severas restrições à cadeia exportadora de proteína animal brasileira, principalmente por conta do fator LUC/modificação do uso da terra. Esclareço que o GFLI é uma iniciativa da indústria de rações que tem como objetivo desenvolver um banco de dados e uma ferramenta de Análise do Ciclo de Vida/ACV disponibilizados gratuitamente para subsidiar estudos da cadeia de produção animal. O GFLI é financiado por consórcio firmado entre a FEFAC/União Europeia, AFIA/Estados Unidos e CFIA/Canadá e seu corpo executivo é composto por representantes de projetos regionais, assim como um representante da International Feed Industry Association/IFIF (da qual o Sindirações é associado) e um observador da FAO/ONU. O GFLI aplica a metodologia da Livestock Environmental Assessment and Performance Partnership/LEAP que até dezembro de 2018 disponibilizava 1200 Inventários de Ciclo de Vida dos principais ingredientes de rações usados na Europa e nos Estados Unidos, os quais incluíam insumos produzidos no Brasil.

A intensificação global da pressão ambiental, resultado da crescente demanda por proteína animal, consequência do inquestionável crescimento do número de consumidores e da urbanização, do incremento da renda da população global e da mudança dos seus hábitos alimentares, vem sendo monitorada pelo Sindirações, que atento às ações necessárias para reduzir os efeitos da mudança climática e alinhado ao propósito desmistificador da bizarra imagem de um superlativo Brasil poluidor, tem investido recursos financeiros e humanos e contribuído positivamente com as exportações agropecuárias, haja vista a recente cooperação estabelecida com a Embrapa, no intuito de corrigir os índices de emissão de gases de efeito estufa da agropecuária brasileira, superestimados pela enviesada metodologia empregada pelo consórcio de (clientes) europeus e (concorrentes) norte-americanos.

O Sindirações conseguiu convencer outras interfaces do setor produtivo e da comunidade científica ligadas às cadeias de produção animal no Brasil (ABPA, ABIOVE, APROSOJA e EMBRAPA) e vêm acompanhando o desenvolvimento de tais recomendações para identificar sua aplicabilidade ao ambiente produtivo brasileiro, assim como necessidades de melhorias para melhor refleti-lo.

Paralelamente, iniciamos diálogos com o GFLI e identificamos possibilidade de integração de dados brasileiros a esta base de dados com foco em rações. Verificamos também que algumas das premissas adotadas nas metodologias e recomendações são decisivas para os resultados, como por exemplo o tempo de amortização de 20 anos da mudança de uso da terra no passado, que por sua vez, beneficia países desenvolvidos em comparação com países em desenvolvimento e de fronteira agrícola ainda em expansão, os quais continuam alvo de contestação por parte da literatura científica.

O Brasil possui um conjunto robusto de estudos e estatísticas nacionais publicados de acordo com padrões internacionais referentes tanto à produção agropecuária quanto a seu desempenho ambiental, com maior granularidade e precisão que dados internacionais. Além disso, possui importante histórico e expertise em avaliação de desempenho ambiental das cadeias de produção agrícola e animal. **leiam depois o livro TONS DE VERDE, da Embrapa Georrefenciamento, que entregamos a cada associado**

Retomando, a parceria entre o Sindirações e as instituições mencionadas se justifica por combinar a competência técnica da Embrapa Meio Ambiente, na área de Mudança de Uso da Terra/MUT/LUC, de Avaliação do Ciclo de Vida/ACV e sua experiência prévia na integração de dados nacionais a bancos de dados internacionais, como o Ecoinvent, o mais completo destes bancos de dados e da Embrapa Pecuária Sudeste, nas áreas de produção animal, geração de inventários nacionais de emissões de gases de efeito estufa/GEE e na sua experiência prévia junto à LEAP/FAO.

O Sindirações levou ao corpo técnico da Embrapa as demandas do setor relacionadas ao tema, para subsidiar os estudos com dados setoriais e atuar junto às instâncias decisórias do Brasil e internacionais para abertura à integração de dados nacionais. Entendemos que a publicação em bancos de dados e recomendações internacionais é o meio apropriado para fazer chegar à comunidade internacional dados de produtos agrícolas e pecuários gerados para as condições brasileiras.

2. Durante o encontro de líderes globais realizado em Davos/Suíça/World Economic Forum, o Brasil (um dos maiores exportadores de carne) foi bombardeado por aqueles que insistem substituir o consumo de carne vermelha por insetos e carne sintética, por conta dos estudos realizados na Universidade de Oxford, Reino Unido (região ainda na UE, apesar do BREXIT).

É patente, que nos últimos anos, recrudescer a ânsia do “progresso”, pela sociedade aparentemente convicta na resolução de todos os problemas sociais através das tecnologias disruptivas. Mas, ao invés de registrar minha opinião, pergunto a vocês:

Seria utopia como percepção da realidade?

A ideia é fruto do discurso do oligopólio exclusivista que controla os mais influentes núcleos internacionais de produção tecnológica, particularmente, a informação e a comunicação.

Posso considerar retórica exacerbada?

Os investidores-anjo têm priorizado a massificação das tecnologias e seus impactos positivos em prol da sociedade mais desvalida?

Ou a palavra de ordem é a maximização do lucro facilitada por causa dos anestesiados consumidores? Podemos chamá-los de Franciscanos ou *Businessmen*?

A veiculação no palco midiático da internet tem alcançado a grande massa?

As gigantes da informação alheia - travestidas sob “pitada de filantropia” - são percebidas como agentes humanitários preocupados com o bem comum da coletividade?

“Progresso” para todos ou exclusividade da elite?

O novo desenvolvimento tecnológico/científico vem combatendo a exclusão social e promovendo a igualdade? Ou primado pelo desenvolvimento do comércio e consumo?

Esses objetivos são concorrentes ou complementares? Divergentes ou convergentes?

O flagrante êxito apurado pelas metafóricas “nebulosas” (*Superstars do ambiente da “nuvem”*) seria resultado do problema que elas alertam, e, para o qual, já dispõem de solução previamente preparada? Coincidência ou oportunismo?

Já que “*there is no free lunch*” (sem almoço grátis), o livre acesso aos inúmeros benefícios da novíssima tecnologia demanda capital suficiente para pagar.

Aos desafortunados restaria a periferia do prometido “Édem tecnológico-artificial”?

A combinação da (des)informação pública e o intenso desejo de consumir os frutos do avanço tecnológico tem pavimentado a economia de “vanguarda” e prometido um futuro próspero para todos...desde que possam pagar ou comprar.

Erotização ansiosa do progresso?

A revolução tecnológica (Pós-Modernidade das Gerações Y e Z) estabeleceu a ponte cronológica com o filósofo Heráclito (Antiguidade Pré-Socrática), o qual afirmara que “*a única constante é a mudança*”, haja visto a velocidade de automação das cadeias produtivas e facilitação do comércio.

Contudo, o concomitante desconforto do trabalhador contemporâneo/cosmopolita pode ser justificado pela eliminação de empregos e terceirização das atividades?

O episódio da repulsa dos moradores e políticos nova-iorquinos à intenção recente da gigante do comércio online investir na criação de “novas vagas” naquela região, converge ao pensamento do economista Raghuram Rajan, professor da Universidade de Chicago e autor do livro “*The Third Pillar: How Markets and the State Leave the Community Behind*”.

Podemos classificar como Paradoxo ultraliberal?

A fim de incluir alguns “qualificados” é compulsório excluir os (des)qualificados?

Nossa agropecuária, por sua vez, está cada vez mais digitalizada e conectada..., mas e quanto à integração interplataformas?

Muitas “startups” entulham com seus “apps”, fenômeno exponencial, ou tipo “*Frankstein*” da Lei de Moore.

O benefício percebido (valor qualitativo) pelo tomador justifica tanta disposição (medida quantitativa) do fornecedor?

A contabilidade realmente abona os benefícios embarcados?

A opinião registrada no jornal *Valor* em 21/03/19 - *Soluções biológicas e o futuro da tecnologia na agricultura* - do professor Mateus Mondin/ESALQ/USP (idealizador do Ag Tech Valley ou Vale do Piracicaba), encoraja os leitores fazer um retrato mais claro a respeito do futuro tecnológico da agricultura, e instiga o debate sobre a viabilidade das soluções que estamos propondo hoje. Ele opina: *“Menos fictício e mais próximo da realidade”*.

Atentem para o rápido vídeo que retrata a convergência entre os exageros tecnológicos e os superlativos anseios dos radicais consumidores.

Retomando:

3. O Parlamento Europeu resolveu descontinuar o uso de antibióticos na prevenção das infecções em animais, exceto em circunstâncias “excepcionais”, priorizando a precaução e desdenhando da ciência baseada nas avaliações do risco quantitativo. Ademais, a manobra extrapola as fronteiras europeias e impõe aos “ainda” competitivos fornecedores externos (pecuária Brasileira, por exemplo) a proibição do uso dos tradicionais melhoradores de desempenho nos rebanhos criados em seus territórios.

Faço minhas as palavras do Prof. João Palermo, ou seja, *“não há qualquer dúvida a respeito da necessidade de combater o problema da resistência bacteriana em escala global. No entanto, a associação direta que se tem feito do aumento da incidência de formas de resistência bacteriana com o uso de antimicrobianos em animais de produção tem sido magnificada pela população. Trata-se muito mais de uma percepção do que de um fato real. Repito: o problema da resistência bacteriana ocorre em todos os locais em que se empregam os antimicrobianos; seja em medicina humana ou em medicina veterinária ou até mesmo em agronomia. Atribuí-lo unicamente ao uso de antimicrobianos em produção animal é desconhecer o uso que se faz dos antimicrobianos em Medicina Veterinária ou, pior, simplificar a questão da resistência bacteriana”*.

Eu alimentava a expectativa de encontrar pessoalmente a nossa Ministra da Agricultura, Tereza Cristina, convidada para estar aqui, mas que apesar de ausente, por motivos mais que justificados, merece o justo reconhecimento pela mulher forte e incansável que é, atuando frente ao Ministério e defendendo dignamente nossa agropecuária mundo afora. Ela merece todo apreço dessa cadeia produtiva que fora sobremaneira impulsionada pelas ações e tantas outras iniciativas tomadas pelo time de servidores sob sua gestão, nesse país vocacionado ao agronegócio e sempre disposto satisfazer consumidores por todo o mundo.

À propósito, no início desse ano, fui convidado pela ministra, à debater as “Boas Práticas de Fabricação e Autocontrole no Setor Produtivo”, durante evento organizado pela Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura no auditório do Tribunal de Contas da União em Brasília/DF. Levando em consideração a conjuntura político-econômica daquele momento, me dirigi à plateia predominantemente composta por servidores públicos e comentei acerca dos solavancos nos tradicionais paradigmas usando como exemplo o encaminhamento (naquela ocasião) da proposta de reforma da previdência ao Congresso Nacional.

Registrei, inclusive, que aquela metamorfose contemporânea não se tratava de exclusividade nacional, uma vez que, dias antes na França, empresários do setor automobilístico criticavam a rigidez da legislação ambiental que estaria

prejudicando o setor, argumentando que o automóvel motorizado à combustão não é o maior culpado pela poluição. O presidente Macron, presente ao evento, retrucou e derramou água no chopp: “*estamos sim na geração do carro elétrico. Essa época de crise exige mudanças, precisamos sair da zona de conforto*”.

A expressão de alerta se aplica ao setor público e privado, com abrangência nacional e internacional (inclusive incentivo vocês a ler ou reler o livro que Spencer Johnson escreveu em 1998 e intitulado: “*Quem mexeu no meu queijo?*”).

No caso brasileiro, os próprios servidores reclamam da falta de recursos humanos e financeiros e reconhecem prestar atendimento aquém das expectativas, enquanto as indústrias precisam evoluir quando comparadas aos concorrentes externos, à exemplo da nossa agropecuária e consequentemente a indústria de alimentos. O modelo de inspeção pública vigente, por exemplo, não está adequado às necessidades da atualidade, ou seja, carecemos de mais agilidade e eficiência, assim como capacitação dos profissionais envolvidos.

Lembrei a plateia, naquele TCU, que o Sindirações participou da elaboração do primeiro Manual de Boas Práticas de Fabricação, publicado pela FAO/ONU em 2010. Mais recentemente, a entidade contribuiu com a publicação “*Agro é Paz: Análises e propostas para o Brasil alimentar o mundo*”, ESALQ/USP 2017, que oferece propostas em relação à Defesa Agropecuária, estimulando a adoção do AUTOCONTROLE, a integração eficaz entre os entes federativos (SUASA); a reavaliação dos procedimentos nos serviços oficiais; a modernização e harmonização dos sistemas de informação, a redistribuição dos processos entre as superintendências do Ministério da Agricultura, a revisão e harmonização dos marcos legais; a ampliação da sinergia entre os setores público e privado para transferência de conhecimento; as ações de educação sanitária; os esforços para a auto sustentabilidade do sistema de Defesa Agropecuária; e a estruturação de órgão recursal como segunda instância administrativa.

Exortei as autoridades da Secretaria de Defesa Agropecuária e até o setor produtivo a buscar conjuntamente a modernização - à exemplo do FDA americano que promulgou a Lei de Modernização da Segurança Alimentar (*Food Safety Modernization Act/FSMA*) descrevendo os Programas de Verificação de Fornecedores Estrangeiros para Importadores de Alimentos para consumo humano e animal - por conta da convergência entre as estratégias da FSMA e a proposta do Ministério da Agricultura brasileiro.

Relembrei também que Agentes internacionais (*FAMI-QS/Feed Additives and Pre-Mixtures Quality System, GMP+*, dentre outros) detêm esquemas de certificação para a indústria de alimentação animal, monitorados por organizações acreditadoras (*IAF/International Accreditation Forum, INMETRO, ANSI, JAS, etc.*) e auditados pelos organismos de certificação (*DNV, SGS, SQS, HSL, DQS/CFS, CSQA, Bureau Veritas, TUV NORD, SWISS CERT, KIWA, etc.*). Desta forma, a construção de um sistema semelhante para certificação, reunindo as normas nacionais e internacionais, pode ser interessante para o Brasil.

Importante também salientar que A *IFIF/International Feed Industry Federation* desenvolve o *Global Animal Nutrition Programme - “Train the Trainer”* objetivando capacitar autoridades públicas/*feed regulators* e colaboradores das indústrias de alimentação animal usando o Manual de Boas Práticas da FAO/IFIF. A equipe Sindirações colaborou nas

capacitações em Lagos na Nigéria, Tanzânia, Gana e Uganda, e a metodologia do EAD/Ensino à Distância, já está em desenvolvimento para ampliar a abrangência da capacitação.

Finalizei minha abordagem ressaltando que apoiado na revolução tecnológica 4.0, o Ministério da Agricultura pode modernizar seus sistemas de informação, ampliar o uso das novas tecnologias de informação e comunicação, promover a implantação do AUTOCONTROLE no setor produtivo e realizar o monitoramento online (constante e ininterrupto) do ambiente industrial, com a produção de relatórios estatísticos de resultados dos processos de fabricação.

O SINDIRAÇÕES confia que esse novíssimo sistema de trabalho poderá disponibilizar ao MAPA, o histórico do desempenho do estabelecimento, do registro de não conformidades e das ações corretivas e um banco de dados para avaliação do risco quantitativo, podendo ter maior precisão no direcionamento das inspeções nos estabelecimentos com mais problemas e maior risco.

A inovação possibilitará a apuração e o armazenamento das informações, oferecendo maior segurança jurídica, geração rápida de certificados para simplificação dos processos de comércio exterior, resposta rápida aos episódios de crise, bem como a elevação do status do sistema. Resumidamente, Auditores Fiscais Agropecuários com maior autoridade e concentrados em ações estratégicas, já que o mundo caminha para soluções que conjugam agilidade e eficiência com base em dados.

Finalizei minha apresentação mencionando o escritor Stefan Zweig, que prenunciava: *“BRASIL, um país do futuro...”* e então exortei os presentes que: Passados quase oitenta anos, a hora é agora!

Ato contínuo, importante se faz ressaltar que a Confederação Nacional da Indústria/CNI participa como representante do setor privado no Comitê Permanente de Programas de Autocontrole, instituído pela Portaria 24, publicada no DOU em 21/02/2019 pela Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/MAPA. Por conta disso, e:

. Considerando a inspeção de qualidade na produção de alimentos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, baseada na aplicação de 3 ferramentas: as Boas práticas de fabricação/BPF, o Procedimento Padronizado de Higiene/PPHO e Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle/APPCC ou HACCP;

. Considerando que atualmente o Sistema de Inspeção Federal (SIF) trata os “elementos de inspeção” que dividem todo processo produtivo, e que incluem as 3 ferramentas anteriores e outros pontos, como Programas de Autocontrole – PAC; considerando que desde 1987, com a criação da International Standardization Organization/ISO 9000, as indústrias das certificações de “sistemas de garantia da qualidade” criaram diversos padrões que passaram a ser adotados e reconhecidos internacionalmente;

. Considerando que os avanços nos programas de autocontrole seguem com a intensificação do uso de sistemas voluntários de certificação de qualidade, a exemplo das “Orientações da UE sobre as melhores práticas para o funcionamento dos sistemas voluntários de certificação dos produtos agrícolas e gêneros alimentícios” (2002);

. Considerando a importância do reconhecimento de Programas de Auto Controle e estabelecimento de sua abrangência por parte do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, bem como das responsabilidades dos agentes de produção e de controle;...

...a CNI apresentou para a Secretaria de Defesa Agropecuária a Proposta de Programa de Autocontrole para o Setor de Alimentação Animal, elaborada pelo SINDIRAÇÕES, como modelo robusto que, se aplicado na forma de Projeto-Piloto, poderá contribuir para que o MAPA avance na prevista política de estabelecimento de fiscalização baseada em risco para o Setor de Alimentação Animal. Ressalto que essa proposta foi desenhada de forma a se integrar alguns protocolos privados ao Sistema já em operação no MAPA, aperfeiçoando-o para atender às demandas daqueles regulados que estejam dispostos, e de forma voluntária, a demonstrar o cumprimento desses protocolos por meios auditáveis.

A própria Secretaria de Defesa Agropecuária reconheceu que essa proposta pode se tornar um projeto-piloto e modelo referencial para outros setores industriais – que, certamente, farão as devidas adequações.

Nossa expectativa é que a respectiva proposta contribua para que o MAPA inicie a esperada transição para um modelo de Programa de Autocontrole que garanta protagonismo e responsabilidade àqueles regulados que estão em conformidade com reconhecidos protocolos privados nacionais e internacionais.

A competência e expertise acumuladas pelo SINDIRAÇÕES através dos seus programas de capacitação são reconhecidas nacional e internacionalmente por empresas, agências certificadoras, e autoridades governamentais. Contabilizando, registro que apenas nos últimos dez anos, o SINDIRAÇÕES ministrou aproximadamente 50 mil horas de treinamento à quase 2500 trabalhadores, e que no próximo ano, e de forma a apoiar nossa proposta de autocontrole, acrescentaremos ao programa de cursos as demais normas possíveis de certificação, tais como: o Curso FSSC 22000 - versão 5, da Foundation for Food Safety Certification com enfoque em alimentação animal; a formalização do acordo com o GMP+ para a instalação da academia GMP+ no Brasil e tendo o SINDIRAÇÕES como gerenciador deste programa; A continuidade com os cursos de FAMI-QS versão 6; o módulo de “Feed Fraud and Feed Defense” com ferramenta de mapeamento; e também a Avaliação de riscos de matérias-primas com um modelo de 3 dimensões e enfoque em Horizon Scanning, técnica de antecipação de riscos, inclusive estimulada pela própria OCDE.

A propósito, é importante registrar que o SINDIRAÇÕES sempre atuou internacionalmente, através da participação ativa em fóruns internacionais (Feedlatina, IFIF, FAO, CODEX, etc.) e das robustas parcerias que mantém com outras entidades representativas, cujos objetivos convergem em um flagrante agro patriotismo resistente às investidas do ativismo radical europeu.

Afinal de contas: “If you want to go faster, go alone, but if you want to go longer, go together”.

Pois bem, em relação ao comércio internacional, relembro que a relação histórica do Brasil com a Europa, em grande parte, é permeada por tensões e conflitos, conseqüentes ao desequilíbrio relacional entre ambos. Notadamente, ainda no século 21, os estigmas do passado reproduzem os efeitos da colonização tão prejudicial ao desenvolvimento e que posicionaram o Brasil na periferia do comércio internacional.

Desde o período colonial, boa parte das riquezas brasileiras eram levadas para fora e pouco aqui ficava para fomentar o avanço. Flagrantemente, tal cenário parece persistir, já que não se identificam sinais de protagonismo no ambiente global que favoreçam o crescimento doméstico (principalmente, na cadeia industrial) e garantam maior proteção aos recursos necessários à nossa independência econômica.

Esse emaranhado histórico tem embasado o discurso dos críticos contrários ao acordo firmado entre o Mercosul e a União Europeia. O receio e a desconfiança manifestados não só por determinados grupos brasileiros, mas também por alguns dos vizinhos latino-americanos, contrastam com a perspectiva otimista de outros interlocutores, cuja expectativa é de um “marco histórico” para o Brasil, bem como para a América do Sul, em geral.

As autoridades do Executivo nacional têm afirmado que nosso país será beneficiado, tendo em vista a soberania brasileira e a proteção dos seus recursos, especialmente, do setor primário. Contudo, só o tempo permitirá determinar quem está certo nas previsões, os críticos descontentes ou aqueles que celebraram o feito.

O desafio que se propõe, a partir da assinatura do acordo entre o Mercosul e a União Europeia, é romper com a “trajetória dos milagres e da dependência”.

Está mais que na hora do Brasil parar de esperar algum “milagre” (deixando para trás seus traços coloniais) e buscar o seu protagonismo, consolidando a sua independência no âmbito internacional, e aproveitar as oportunidades disponíveis com o novo acordo, as quais – se forem exploradas de maneira efetiva e inteligente – criarão as condições positivas ao seu desenvolvimento.

Além disso, por seu gigantismo continental, abundância de recursos naturais e inquestionável potencial, o Brasil mereceria maior protagonismo no mundo comercial, muito embora, a falta de uma política comercial consistente e outros motivos, atrelados à (ir)responsabilidade doméstica, continuam sufocando os investimentos, afiançando a medíocre produtividade industrial e ancorando pesada âncora à sua competitividade internacional.

A prevalência dos arroubos políticos e ideológicos, do protecionismo de interesse setorial, da burocracia tributária e da insegurança jurídica, nesse (eterno) país do futuro (que parece nunca chegar), acaba por amplificar as tradicionais barreiras de acesso formal aos mercados.

É justo reconhecer, contudo, que o Governo vem se esforçando em prol dos exportadores de manufaturados, notadamente aqueles voltados à pecuária, ou seja, da proteína animal, através das medidas para retomada ou incremento da quantidade e diversificação embarcada e das negociações de alto nível para acesso aos mercados novos e estratégicos.

A integração às cadeias produtivas e de varejo globais dinamiza o fluxo exportador e traz escala (mais mercadorias e/ou maior valor agregado) que, em contrapartida, demanda mais importação de produtos intermediários indispensáveis e não produzidos localmente. Essa cooperação estabelecida com o parceiro comercial (*win/win relationship*), justifica maior exposição ou abertura comercial, enquanto o rápido e contratado intercâmbio (garantia de abastecimento regular via internalização/importação dos insumos ou expedição/exportação das mercadorias) é assegurado pela harmonização global de classificação aduaneira.

Como exemplo, registro que a Convenção Internacional, responsável pela designação e codificação universal de mercadorias transacionadas entre os países signatários (dentre eles o Brasil), assegura que cada mercadoria corresponda apenas uma classificação numérica, cujo caráter vinculante possibilite a internalização dos atos pela autoridade local, à exemplo da Coletânea do Sistema Harmonizado, atualizada ainda em 2017 pela Organização Mundial das Aduanas – SH/OMA, e publicada pela Receita Federal Brasileira em dezembro de 2018.

Os empreendedores organizados setorialmente, por sua vez, reputam demasiadamente dilatado esse intervalo apurado, além de incompatível com a moderna gestão das cadeias de suprimentos, que impulsionadas pela acirrada competição internacional, tem sobre dosado os parâmetros de qualificação dos fornecedores no intuito de encurtar o prazo de entrega (lead time) das mercadorias, fenômeno que sujeita toda e qualquer interface envolvida. O conjunto de argumentos elencado pelo setor privado roga pela formalização da internalização das atualizações imediatamente após a publicação dos pareceres conclusivos emitidos pelo SH/OMA, já que as atualizações tecnológicas e padrões comerciais resultantes continuarão frequentemente modelados por força da inovação.

Ademais, temos requerido ao Secretário Especial da Receita Federal, a expedição de um Ato Declaratório Interpretativo, para uniformização do entendimento da fiscalização nas diversas aduanas, ato que certamente mitigaria o desgaste da imagem do fornecedor perante seu cliente e o desnecessário prejuízo econômico, quando da retenção da carga e sobre estadia.

Por enquanto, apesar do amparo de infindável coleção de laudos de institutos, além de pareceres de peritos renomados, não resta alternativa aos importadores, senão se defender das autuações no âmbito administrativo e, posteriormente, na esfera judicial.

Um bom exemplo se aplica às autuações atribuídas à importação da vitamina E (produto orgânico e quimicamente definido universalmente, no Capítulo 29) e, via de regra, reconduzida por parte da fiscalização ao Capítulo 23 (Preparações ou misturas para alimentação animal). Ainda que os litígios tem repetidamente culminado em sentenças favoráveis aos importadores, alguns agentes de fiscalização continuam insistindo na reclassificação em desarmonia com as disposições trazidas pelas Notas Explicativas do Sistema Harmonizado/NESH.

Informamos os contribuintes e a sociedade em geral, através de artigos publicados na mídia impressa, que a combinação de uma consistente abertura comercial ao cumprimento das regras universais de harmonização aduaneira é que vai assegurar a confiabilidade da política comercial brasileira.

Ao Ministério da Economia basta apenas alinhar o discurso à prática.

Apesar de um 2019, em geral, capitulado pelas INCERTEZAS, o incremento apurado pela indústria de alimentação animal brasileira, contabilizado até setembro, surpreendeu positivamente e avançou 3%, resultando 52,8 milhões de toneladas de rações. Projetando tração na demanda e impulsionada por reação mais vigorosa das principais cadeias produtivas durante os três últimos meses, é possível que a produção em 2019 revele uma expansão ainda maior, amparada por conta da melhora de diversos indicadores de atividade, bem como aqueles ligados à pauta exportadora e ao varejo e confiança do consumidor.

O entusiasmo, que contagia a economia em geral, é resultado da flexibilização monetária e da inflação controlada, das reformas trabalhista e previdenciária, da expansão agropecuária ancorada nos grãos e nas carnes e da melhora na percepção do risco-país, muito embora, algumas incertezas persistam, por conta da infundável tensão comercial entre americanos e chineses, instabilidade política da “Primavera Latina” que sacode o Chile e Argentina, Colômbia, Bolívia e Equador, e o relativo desinteresse dos investidores estrangeiros frente ao, ainda pouco animador, crescimento do PIB brasileiro.

O produtor de frangos de corte demandou 24,6 milhões de toneladas de rações de janeiro a setembro, um avanço de 2,9%, marca que supera substancialmente o incremento previsto inicialmente. O surto de PSA na China permitiu ao Brasil exportar mais carne suína, além das outras proteínas animais. O fenômeno acabou por impulsionar a produção de frangos, estimulada também pela necessidade do consumidor brasileiro de alternativa mais econômica, quando comparada à carne bovina bastante valorizada no período.

Também contrariando a expectativa inicial de crescimento vigoroso, nos primeiros nove meses do ano corrente, a produção de rações para poedeiras alcançou 4,8 milhões de toneladas e recuou 1,4% principalmente por conta do alojamento bastante ajustado.

Já a demanda por rações para suínos somou 12,5 milhões de toneladas de janeiro a setembro, impulsionada crescentemente pela demanda incremental chinesa, cujo plantel fora abatido pela epidemia de peste suína africana.

No caso das rações para bovinos de corte, a produção foi de 2,1 milhões de toneladas e revelou incremento da ordem de 2,7%, sobretudo incentivada pela valorização crescente da arroba no segundo semestre. A tendência de escassez de oferta de bois terminados e os embarques demandados pelos chineses provavelmente impulsionarão o preço a ser pago pelos frigoríficos e inflacionarão a carne bovina no varejo no período próximo às festas de final de ano.

A cadeia pecuária leiteira, por sua vez, demandou 4,5 milhões de toneladas de janeiro a setembro, um avanço de 4,5%, marca que demonstra moderação daquele ímpeto crescente na utilização das rações e concentrados pelo produtor de leite no início do ano, provavelmente desmotivado pela valorização dos grãos adicionados à alimentação animal e pela qualidade das pastagens favorecidas pelas chuvas.

A produção de rações para peixes e camarões durante o primeiro semestre somou 940 mil toneladas, garantida pela produção da piscicultura integrada que cresce sobremaneira no estado do Paraná. A carcinicultura, por sua vez, continua reagindo, muito embora, ininterruptamente atenta a qualquer novo evento sanitário, por conta do risco proporcionado pela importação do produto equatoriano.

O crescente e significativo consumo das famílias, principal componente do PIB e responsável por mais de 60% pelo lado da demanda, vem sendo impulsionado pela expansão do crédito, queda dos juros e alguma recuperação de vagas de trabalho. Esse ambiente menos adverso permitiu aos tutores demandarem mais de 2 milhões de toneladas até setembro. A expectativa é que o consumo privado ganhará ainda mais fôlego no último trimestre, por conta da liberação dos recursos do FGTS, e a demanda por alimentos para cães e gatos superar a marca de 4% de crescimento.

Finalmente, o prognóstico de um próspero 2020, direcionado à vocês empreendedores, que atuam com ética, boa-fé e respeito às regras do jogo (à exemplo das empresas associadas MIG PLUS e TROUW NUTRITION DO BRASIL, agraciadas na última terça-feira com o selo AGRO INTEGRIDADE), encontra ressonância nas medidas de intervenção mínima do Estado sobre as atividades privadas, tais como a promulgação do conjunto de princípios que reforçam a liberdade econômica, o “revogação” de leis e atos normativos concomitante à análise do seu impacto regulatório, e também do programa de autocontrole nos estabelecimentos de alimentação animal.

Em nome dos colegas que compõem o enxuto, organizado, eficiente e sempre disponível, quadro de colaboradores e assessores do Sindirações, desejo a vocês um Feliz Natal.

ARIOVALDO ZANI

Vice-Presidente Executivo

Sindirações